

## Editorial

O volume onze, número um do ano de 2017 da Revista Virtual Direito Brasil, pretende compartilhar com a comunidade acadêmica, uma coletânea de textos que apresenta uma análise científica de variados temas atuais da sociedade contemporânea. Dentre eles, destaca-se: A Resolução nº 400 da ANAC e o Abuso na Cobrança de Bagagem; Os Drones e a Responsabilidade Civil; Os Princípios Consagrados no Código de Proteção e Defesa do Consumidor; Disposições Permanentes do Direito Internacional Público; A atuação dos grupos de extermínio e o Poder Judiciário na Baixada Fluminense (décadas de 70, 80 e 90); e A necessidade (ou não) do efetivo prejuízo ao Erário para o ressarcimento nos casos de afastamento indevido de licitação: a figura do dano *in re ipsa*.

No primeiro texto A Resolução nº 400 da ANAC e o Abuso na Cobrança de Bagagem, a professora *Maria Bernadete Miranda*, apresenta as inovações referentes ao contrato de transportes, trazidas pela Resolução nº 400 de 2016, da ANAC, apresentando, inclusive, o abuso na cobrança de bagagem. Atualmente, esse serviço não tem taxa extra, portanto, nos dizeres da professora a ANAC não está cumprindo a sua função institucional, que é de harmonizar o sistema social e econômico, buscando o equilíbrio entre a tutela do mercado e dos consumidores.

No segundo artigo a professora *Maria Bernadete Miranda* pesquisa sobre Os Drones e a Responsabilidade Civil dizendo que, indiscutivelmente muitas inovações estão a caminho, mas que nenhuma escapará ao bom e velho conhecido, seguro. Salienta que é preciso estar preparado para um mercado novo que merece acompanhamento atento, porque, estima-se que existam no Brasil aproximadamente 100 mil Drones para uso não recreativo, mercado de grande potencial para a atividade securitária. Finaliza seu artigo, dizendo ser essencial a concretização da regulamentação dos Drones, para que não haja o efeito reverso de algo bom se tornar um transtorno.

O terceiro texto Os Princípios Consagrados no Código de Proteção e Defesa do Consumidor, também, de autoria da professora *Maria Bernadete Miranda* é um estudo inerente aos princípios do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, que funcionam como vetores de interpretação de todo o microsistema, sendo, portanto, toda a base e alicerce desse sistema especial, destinado a tutelar e proteger o sujeito mais fraco, o consumidor, que deverá invocá-los como forma de proteção das relações de consumo.

No quarto artigo *Daniel Guedes e Araújo* sob a orientação do professor *Fernando Silveira Melo Plentz Miranda*, apresenta Disposições Permanentes do Direito Internacional

Público, onde procura averiguar os aspectos mais relevantes do Direito Internacional Público (DIP), abordando as disposições aplicáveis a este ramo do direito público de forma permanente. Verifica a importância dos conceitos teóricos de DIP para a compreensão da aplicação contemporânea das relações entre os Estados perante a Comunidade Internacional.

Na sequência *Vinícius Figueiredo de Souza*, apresenta o artigo intitulado A Atuação dos Grupos de Extermínio e o Poder Judiciário na Baixada Fluminense (décadas de 70, 80 e 90), onde faz uma análise das relações entre o Poder Judiciário e os grupos de extermínio na Baixada Fluminense, durante as décadas de 70, 80 e 90. Diz o autor que tais grupos foram criados com o objetivo de perseguir e matar pessoas, tidas como perigosas para a sociedade. “Esquadrão da Morte”, “*Scuderie Le Cocq*” e “Mão Branca” eram os mais famosos dos grupos que atuavam na Baixada Fluminense, recebendo suporte de empresários e autoridades locais. Nesse particular, o artigo analisa a relação entre tais grupos e o papel do Judiciário.

No sexto artigo intitulado A Necessidade (ou não) do Efetivo Prejuízo ao Erário para o Ressarcimento nos Casos de Afastamento Indevido de Licitação: a figura do dano *in re ipsa*, *Vinícius Figueiredo de Souza* analisa a figura do dano *in re ipsa* no ato de improbidade administrativa consistente no afastamento indevido de licitação, gerando o consequente ressarcimento aos cofres públicos, ainda que não tenha havido prejuízo ao Erário. O assunto ganha relevo por conta da existência dentro do próprio Superior Tribunal de Justiça – STJ – de divergência, o que vem causando insegurança jurídica para a coletividade, visto que os jurisdicionados necessitam ter a certeza e a garantia se tal ato praticado no mundo da vida possui como consequência o ressarcimento patrimonial aos cofres públicos dos valores auferidos. Para compreender a questão, o autor fez uma excursão pelo instituto da improbidade administrativa, pelas hipóteses de afastamento indevido de licitação, o atual entendimento da doutrina e dos tribunais sobre o tema.

A Palestra proferida pela *Profª Maria Bernadete Miranda*, são slides de apresentações no *power point* em forma de aula, destacando-se A Família e os Adolescentes diante dos Riscos nas Redes Sociais.

Além dos Artigos e Palestras esta coletânea apresenta Ensaio de autoria da *Profª Maria Bernadete Miranda*, intitulado Relações de Consumo Celebradas pela Internet, e de convidados, dentre eles destaca-se: Educar um Cidadão da professora *Luciana Aguiar* e A Velha (e Boa) Dáde do professor *Newton De Lucca*.

A coletânea apresenta os resultados das pesquisas científicas realizadas pela *Prof<sup>a</sup> Maria Bernadete Miranda*, juntamente com colegas do curso da graduação e da pós-graduação, além de convidados que, nesta parceria, legitimam a relevância dos movimentos de integração acadêmica para o desenvolvimento científico.

*Prof<sup>a</sup> Msc. Maria Bernadete Miranda*